



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGEPE – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
CPTA – COORDENAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
PROGRAD – PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COSEAC – COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA



CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Edital nº 218 – 2013

Nível Código

E 122

Cargo: **Técnico em Assuntos Educacionais**

Turno: **Manhã**

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato – parte integrante do Edital – subitem 16.2

1. Ao receber este **Caderno de Questões**, confira se o cargo indicado é aquele para o qual você está concorrendo. Verifique se constam deste Caderno, de forma legível, as 60 (sessenta) questões objetivas e o tema da Redação. Caso contrário, notifique imediatamente ao fiscal.
2. Saiba que, se fizer a prova para um cargo diferente daquele a que concorre, você será eliminado do concurso.
3. Além deste **Caderno de Questões**, você deverá ter recebido o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
4. Verifique se seus dados conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação**. Em caso afirmativo, assine a **Folha de Redação** e o **Cartão de Respostas** e leia atentamente as instruções para o preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente ao fiscal.
5. Sob pena de eliminação do concurso, não é permitido que faça uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos, ou porte qualquer dispositivo eletrônico, inclusive telefone celular, que sirva de consulta ou comunicação. Da mesma forma, na **Folha de Redação**, não faça qualquer registro que possa identificá-lo, exceto no lugar destinado à assinatura. A **Folha de Redação** será desidentificada antes da correção.
6. Você vai verificar que cada questão objetiva apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois será atribuída nota zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
7. O tempo disponível para você fazer esta prova, incluindo a elaboração da redação e o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos.
8. Colabore com o fiscal, na coleta da impressão digital.
9. Use caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas** e escrever a redação.
10. Faça a prova com equilíbrio de tempo, reservando espaço para preencher o **Cartão de Respostas** e passar a limpo a redação.
11. Terminando a prova, entregue ao fiscal o **Caderno de Questões**, o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**. Verifique se assinou o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**. A não entrega do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação** implicará na eliminação do concurso.

Após o aviso para o início da prova, você deverá permanecer no local de realização da mesma por, no mínimo, noventa minutos.

Parte I: Língua Portuguesa

Após a leitura do texto, responda às questões propostas.

1 Com seu cabelo cinza, rugas novas e os mesmos olhos verdes, cantando madrigais para a moça do cabelo cor de abóbora, Chico Buarque de Holanda vai bater de frente com as patrulhas do senso comum. Elas torcem o nariz para mais essa audácia do trovador. O casal cinza e cor de abóbora segue seu caminho e tomara que ele continue cantando “eu sou tão feliz com ela” sem encontrar resposta ao “que será que dá dentro da gente que não devia”.

2 Afinal, é o olhar estrangeiro que nos faz estrangeiros a nós mesmos e cria os interditos que balizam o que supostamente é ou deixa de ser adequado a uma faixa etária. O olhar alheio é mais cruel que a decadência das formas. (...)

3 Proust, que de gente entendia como ninguém, descreve o envelhecer como o mais abstrato dos sentimentos humanos. O príncipe Fabrizio Salinas, o Leopardo criado por Tommasi di Lampedusa, não ouvia o barulho dos grãos de areia que escorrem na ampulheta. Não fora o entorno e seus espelhos, netos que nascem, amigos que morrem, não fosse o tempo “um senhor tão bonito quanto a cara do meu filho”, segundo Caetano, quem, por si mesmo, se perceberia envelhecer? Morreríamos nos acreditando jovens como sempre fomos.

4 A vida sobrepõe uma série de experiências que não se anulam, ao contrário, se mesclam e compõem uma identidade. O idoso não anula dentro de si a criança e o adolescente, todos reais e atuais, fantasmas saudosos de um corpo que os acolhia, hoje inquilinos de uma pele em que não se reconhecem. E, se é verdade que o envelhecer é um fato e uma foto, é também verdade que quem não se reconhece na foto se reconhece na memória e no frescor das emoções que persistem. É assim que, vulcânica, a adolescência pode brotar em um homem ou uma mulher de meia-idade, fazendo projetos que mal cabem em uma vida inteira.

5 Essa doce liberdade de se reinventar a cada dia poderia prescindir do esforço patético de camuflar com cirurgias e botoxes – obras na casa demolida – a inexorável escultura do tempo. O medo pânico de envelhecer, que fez da cirurgia estética um próspero campo da medicina e de uma vendedora de cosméticos a mulher mais rica do mundo, se explica justamente pela depreciação cultural e social que o avançar na idade provoca.

6 Ninguém quer parecer idoso, já que ser idoso está associado a uma sequência de perdas que começam com a da beleza e a da saúde. Verdadeira até então, essa depreciação vai sendo desmentida por uma saudável evolução das mentalidades: a velhice não é mais o que era antes. Nem é mais quando era antes. Os dois ritos de passagem que a anunciavam, o fim do trabalho e da libido, estão, ambos, perdendo autoridade. Quem se aposenta continua a viver em um

mundo irreconhecível que propõe novos interesses e atividades. A curiosidade se aguça na medida em que se é desafiado por bem mais que o tradicional choque de gerações com seus conflitos e desentendimentos. Uma verdadeira mudança de era nos leva de roldão, oferecendo-nos ao mesmo tempo o privilégio e o susto de dela participar.

7 A libido, seja por uma maior liberalização dos costumes, seja por progressos da medicina, reclama seus direitos na terceira idade com uma naturalidade que em outros tempos já foi chamada de despudor. Esmaece a fronteira entre as fases da vida. É o conceito de velhice que envelhece. Envelhecer como sinônimo de decadência deixou de ser uma profecia que se autorrealiza. Sem, no entanto, impedir a lucidez sobre o desfecho.

8 “Meu tempo é curto e o tempo dela sobra”, lamenta-se o trovador, que não ignora a traição que nosso corpo nos reserva. Nosso melhor amigo, que conhecemos melhor que nossa própria alma, companheiro dos maiores prazeres, um dia nos trairá, adverte o imperador Adriano em suas memórias escritas por Marguerite Yourcenar.

(OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. “Um tempo sem nome”. O Globo: 21/01/2012.)

01 A argumentação desenvolvida no texto orienta-se no sentido de persuadir o leitor a concluir que:

- (A) Chico Buarque de Holanda é um velho trovador audacioso, capaz de, em nome do amor, bater de frente com as esclerosadas patrulhas do senso comum.
- (B) pior que a decadência das formas, fruto do envelhecer, é o olhar do outro, que cria as interdições destinadas a restringir a liberdade do corpo.
- (C) com a memória da adolescência, a vida renasce dentro de um ser humano de meia-idade, que pode vir a fazer projetos que mal cabem numa vida inteira.
- (D) a falta da libido não é mais característica da terceira idade, graças não só à liberalização dos costumes como aos progressos da medicina.
- (E) apesar de inevitável o envelhecimento e seu desfecho, observa-se hoje uma política do corpo que tende a dissipar as fronteiras entre as fases da vida.

02 A proposição cujo conteúdo a autora quer que se interprete, não como certo, mas como possível, é:

- (A) “vulcânica, a adolescência pode brotar em um homem ou uma mulher de meia-idade, fazendo projetos que mal cabem em uma vida inteira” (§ 4).
- (B) “Quem se aposenta continua a viver em um mundo irreconhecível que propõe novos interesses e atividades” (§ 6).
- (C) “Uma verdadeira mudança de era nos leva de roldão, oferecendo-nos ao mesmo tempo o privilégio e o susto de dela participar” (§ 6).
- (D) “Envelhecer como sinônimo de decadência deixou de ser uma profecia que se autorrealiza” (§ 7).
- (E) “Nosso melhor amigo, que conhecemos melhor que nossa própria alma, companheiro dos maiores prazeres, um dia nos trairá” (§ 8).

03 Pode-se introduzir, sem prejuízo da coerência textual, o enunciado em: “Os dois ritos de passagem que a anunciavam, o fim do trabalho e da libido, estão, ambos, perdendo autoridade” (§ 6) com o auxílio de:

- (A) inclusive.
- (B) portanto.
- (C) aliás.
- (D) ou melhor.
- (E) afinal.

04 Há evidente equívoco na indicação do segmento de texto a que se refere o pronome destacado em:

- (A) “QUE escorrem da ampulheta” (§ 3) / o barulho dos grãos de areia.
- (B) “que OS acolhia” (§ 4) / a criança e o adolescente.
- (C) “ESSA depreciação” (§ 6) / a depreciação cultural e social que o avançar na idade provoca.
- (D) “e o susto de dELA participar” (§ 6) / Uma verdadeira mudança de era.
- (E) “reclama SEUS direitos” (§ 7) / A libido.

05 A alternativa em que a proposta de mudança de redação altera o sentido do enunciado no texto é:

- (A) “sem encontrar resposta” (§ 1) / a despeito de não encontrar resposta.
- (B) “vai bater de frente com as patrulhas” (§ 1) / vai ao encontro das patrulhas.
- (C) “ao contrário, se mesclam” (§ 4) / antes se mesclam.
- (D) “se é verdade” (§ 4) / a ser verdade.
- (E) “seja por progressos da medicina” (§ 7) / seja em virtude de progressos da medicina.

06 O aposto em que se recorre à expressividade da linguagem figurada é:

- (A) “o Leopardo criado por Tommasi di Lampedusa” (§ 3).
- (B) “netos que nascem, amigos que morrem” (§ 3).
- (C) “obras na casa demolida” (§ 5).
- (D) “o fim do trabalho e da libido” (§ 6).
- (E) “companheiro dos maiores prazeres” (§ 8).

07 Altera-se o sentido de: “VERDADEIRA ATÉ ENTÃO, essa depreciação vai sendo desmentida por uma saudável evolução das mentalidades” (§ 6) com a seguinte redação do termo em destaque:

- (A) Se bem que verdadeira até então.
- (B) Apesar de ser verdadeira até então.
- (C) Por muito que verdadeira até então.
- (D) Por ser verdadeira até então.
- (E) Verdadeira que seja até então.

08 Não se pode substituir o termo em destaque no trecho “com as patrulhas do SENSO comum” (§ 1), pelo substantivo CENSO, por inadequação de sentido. Da mesma forma, a frase abaixo em que NÃO se pode preencher a lacuna com o primeiro termo indicado entre parênteses, também por inadequação de sentido, é:

- (A) Eram ____ no rosto do ator os traços da velhice que chegava (flagrantes / fragrantes).
- (B) A velhice ____ o espírito do homem, levando-o à tristeza (degradava / degredava).
- (C) O idoso ____ os olhos, pensativo, diante da velhice (serrava / cerrava).
- (D) Os idosos, em harmonioso ____, cantavam músicas joviais (concerto / conserto).
- (E) O médico ____ ao idoso remédios para controlar a hipertensão (prescreveu / proscreeveu).

09 Em: “Não fora o entorno e seus espelhos” (§ 3), a forma verbal do mais-que-perfeito do indicativo está empregada, no que diz respeito às noções de tempo e modo, como a forma destacada em:

- (A) Até que enfim CONSEGUIRA o passaporte para viajar à Europa.
- (B) Três dias depois o marido voltou, como se nada HOUVERA.
- (C) O porteiro aproximou-se para avisar que o táxi já CHEGARA.
- (D) VIERA de longe, apenas para cobrar-lhe uma dívida antiga.
- (E) Tivesse mais coragem – e ele SAÍRA correndo para pedir-lhe perdão.

10 Nossas gramáticas entendem que é facultativa a ênclise do pronome átono, tal como indicada, no seguinte contexto linguístico:

- (A) “é o olhar estrangeiro que nos faz estrangeiros a nós mesmos” (§ 2) / faz-nos.
- (B) “fantasmas saudosos de um corpo que os acolhia” (§ 4) / acolhia-os.
- (C) “hoje inquilinos de uma pele em que não se reconhecem” (§ 4) / reconhecem-se.
- (D) “Uma verdadeira mudança de era nos leva de roldão” (§ 6) / leva-nos.
- (E) “que não ignora a traição que nosso corpo nos reserva” (§ 8) / reserva-nos.

Parte II: Noções Básicas de Administração Pública

11 A contratação de professores, técnicos e cientistas estrangeiros é permitida, na forma da Constituição:

- (A) às universidades, em todos os casos, e às instituições de pesquisa científica e tecnológica somente para a contratação de técnicos e cientistas estrangeiros.
- (B) apenas às universidades, em todos os casos.
- (C) apenas às instituições de pesquisa científica e tecnológica, em todos os casos.
- (D) às universidades, em todos os casos, e às instituições de pesquisa científica e tecnológica somente para a contratação de professores.
- (E) às universidades e às instituições de pesquisa científica e tecnológica, em todos os casos.

12 Acerca dos dispositivos constitucionais sobre os servidores públicos, considere as afirmativas seguintes:

- I Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder ou ser inferiores à remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- II A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição ficto.
- III Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio do ente a que está vinculado.

Das afirmativas acima:

- (A) apenas III está correta.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

13 Se o servidor de uma autarquia pratica um dano civil contra um terceiro:

- (A) não é necessário investigar a culpa do servidor, porque a Constituição da República estabelece que, em casos como esse, o servidor não tem qualquer responsabilidade, nem perante o terceiro, nem perante a autarquia.
- (B) é necessário investigar a culpa do servidor, porque, caso contrário, poder-se-ia estar diante de um caso de enriquecimento sem causa; o servidor só indenizará o terceiro se ficar comprovada a sua culpa.
- (C) é necessário investigar a culpa do servidor, porque, se houve um dano civil, é porque existe um causador, e só este causador, é que terá a obrigação de indenizar a quem sofreu o prejuízo; só se ficar provada a culpa do servidor é que este terá de indenizar o terceiro.
- (D) não é necessário investigar a culpa do servidor para a indenização ao terceiro; a autarquia indeniza o terceiro e, em ação regressiva em face do seu servidor, procurará ressarcir-se do pagamento feito a título de indenização, quando então será investigada a culpa ou dolo do servidor.
- (E) é necessário investigar a culpa do servidor, para que ele não só indenize o terceiro, mas também responda por eventuais danos morais que possam recair sobre a autarquia em decorrência da situação em tela.

14 De acordo com a Lei nº 8.112/90, o servidor será removido a pedido, independentemente do interesse da Administração, na seguinte hipótese:

- (A) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
- (B) para a frequência a curso de aperfeiçoamento oferecido por instituição de ensino superior, se o prazo for superior a 2 (dois) anos.
- (C) para acompanhar ascendente ou descendente que ingressar em cargo público, por meio de investidura, de qualquer poder da União, estados, municípios e Distrito Federal.
- (D) para acompanhar cônjuge que irá exercer mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.
- (E) para cumprimento de serviço militar.

15 Acerca do afastamento do servidor para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país, é correto afirmar que:

- (A) os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou, com fundamento neste artigo, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento.
- (B) os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 2 (dois) anos para mestrado e 3 (três) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório.
- (C) os servidores beneficiados por essa modalidade de afastamento terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual à metade do tempo de afastamento concedido.
- (D) caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, deverá ressarcir o órgão ou entidade dos gastos de seu aperfeiçoamento, mesmo na hipótese comprovada de força maior ou caso fortuito.
- (E) caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência após o afastamento, será considerado demitido a bem do serviço público, respondendo cível e criminalmente.

16 Considerar-se-á impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

- (A) tenha julgado, nos últimos 12 (doze) meses, matéria similar à contida no processo administrativo.
- (B) tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro, parente e afins até o segundo grau.
- (C) tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
- (D) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro, parentes e afins até o terceiro grau.
- (E) tenha interesse direto ou indireto na matéria.

17 De acordo com o artigo 17 da Lei nº 8.666/93, para alienação de bens imóveis, faz-se imprescindível a autorização legislativa, bem como a licitação na modalidade concorrência. O mesmo artigo, no entanto, contempla algumas exceções a essa modalidade de licitação. A opção em que três das hipóteses previstas de dispensa de licitação na modalidade concorrência estão rigorosamente de acordo com o referido artigo é:

- (A) venda a outro órgão da mesma esfera do governo ou Administração Pública / investidura / alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública.
- (B) investidura / doação a qualquer pessoa / venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.
- (C) dação em pagamento / investidura / alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal onde incidam ocupações até o limite de 15 (quinze) módulos rurais ou 1.500 ha (mil e quinhentos hectares), para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais.
- (D) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública / permuta por imóvel mais vantajoso para a Administração Pública / dação em pagamento.
- (E) dação em pagamento / doação exclusivamente para órgão ou entidade da Administração Pública, da mesma esfera de governo / venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.

18 De acordo com o Código de Ética do Servidor Público Federal, é vedado ao servidor público:

- I** o uso do cargo ou função, de facilidades, de amizades, de tempo, de posição e influências, para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem.
- II** o uso de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- III** pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor com o mesmo fim.

Das afirmativas acima:

- (A) nenhuma das três está correta.
- (B) as três estão corretas.
- (C) apenas I está correta.
- (D) apenas I e II estão corretas.
- (E) apenas III está correta.

19 Para fins de apuração de comprometimento ético, o Decreto n° 1.171/94 entende por servidor público:

- (A) os servidores e empregados da Administração Pública direta, de qualquer forma, com ou sem remuneração.
- (B) apenas os servidores permanentes da Administração Pública.
- (C) qualquer pessoa que preste serviços remunerados à Administração Pública.
- (D) qualquer pessoa que preste serviços à Administração Pública, de forma permanente, temporária ou excepcional, com ou sem remuneração, tanto na Administração Pública direta quanto em autarquias, fundações públicas, entidades paraestatais, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (E) qualquer pessoa que preste serviços, remunerados ou não, a autarquias, fundações públicas, entidades paraestatais, empresas públicas e sociedades de economia mista.

20 A Lei n° 8.666/93 enuncia como serviços técnicos profissionais especializados, sujeitos à licitação através de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração, determinados trabalhos prestados por profissionais liberais ou empresas. De acordo com a referida lei, estão enumeradas somente hipóteses desta espécie de serviços técnicos em:

- (A) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal / restauração de obras de arte de valor histórico / fornecimento de material odontológico.

- (B) auditorias financeiras e tributárias / patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas / realização de obras de grande porte.
- (C) pareceres, perícias e avaliações em geral / restauração de obras de arte e bens de valor histórico / patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas.
- (D) estudos técnicos, planejamento e projetos básicos e executivos / criação de obra literária ou artística / assessorias e consultorias técnicas.
- (E) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal / realização de espetáculos artísticos ou shows / fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras ou serviços.

Parte III: Conhecimentos Específicos

21 No Brasil, o caminho que leva o ensino superior de adaptações do modelo napoleônico a um modelo que se aproxime do humboldtiano, na década de 80, pelo embate em torno da indissociabilidade pesquisa/ensino/extensão, é calcado ao longo das décadas precedentes por um conjunto de eventos. Pode ser citada, entre estes eventos, a criação:

- (A) da SBPC em 1948, do CNPq e Capes em 1951 e da Fapesp em 1962.
- (B) da SBPC em 1948, do CNPq e Capes em 1951 e do INEP em 1970.
- (C) do CONAES em 1948, da Secretaria de Ciência e Tecnologia em 1950 e do INEP em 1970.
- (D) do CONAES em 1948, da Secretaria de Ciência e Tecnologia em 1950 e da FAPESP em 1962.
- (E) da Secretaria de Ciência e Tecnologia em 1951, do CNPq e Capes em 1951 e da Fapesp e Faperj em 1962.

22 A Unicamp foi criada com estrutura semelhante à da:

- (A) USP.
- (B) Ufscar.
- (C) UFRJ.
- (D) UnB.
- (E) UFJF.

23 As universidades neo-humboldtianas se caracterizam por:

- I** alto percentual de professores com título de doutor.
- II** alto percentual de professores com regime de trabalho de tempo integral.
- III** pós-graduação consolidada.
- IV** existência efetiva de pesquisa associada à atividade de formação.

Dentre as afirmativas acima descritas:

- (A) somente I e II estão corretas.
- (B) somente I, II e III estão corretas.

- (C) todas estão corretas.
- (D) somente II e III estão corretas.
- (E) somente III e IV estão corretas.

24 Um modelo neonapoleônico tem caracterizado o perfil da maioria das universidades brasileiras. Estas IES são classificadas como universidades:

- (A) de ensino.
- (B) híbridas.
- (C) de pesquisa.
- (D) profissionalizantes.
- (E) filantrópicas.

25 Na década de 1990, frente aos desafios que se impunham no final do século XX, a universidade enfrentava crises que demonstravam a necessidade de reforma. As crises são:

- I da hegemonia.
- II da legitimidade.
- III institucional.
- IV de infraestrutura.

Dentre as afirmativas acima descritas:

- (A) somente I e II estão corretas.
- (B) somente I, II e III estão corretas.
- (C) todas estão corretas.
- (D) somente II e III estão corretas.
- (E) somente III e IV estão corretas.

26 Analise as duas afirmativas e verifique a possibilidade de relação causal entre elas.

I A crise institucional ao longo de dois séculos configura-se como o elo mais fraco da universidade pública.

PORQUE

II A autonomia científica e pedagógica da universidade pública está assentada na dependência financeira do Estado.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) I e II estão corretas, e a afirmativa II é uma justificativa da afirmativa I.
- (B) I e II estão corretas, e a afirmativa II NÃO é uma justificativa da afirmativa I.
- (C) I está correta, mas a afirmativa II está errada.
- (D) I está errada, mas a afirmativa II está correta.
- (E) I e II estão erradas.

27 Entre a década de 1980 até meados da década de 1990, as universidades privadas sem fins lucrativos para sua sobrevivência buscavam a expansão pela mercadorização. Após essa fase de expansão nacional, no final da década de 1990 emergiu com grande pujança o mercado transnacional da educação superior e universitária, o qual é percebido como solução global dos problemas de educação por parte:

- I do Banco Mundial.
- II da Organização Mundial de Comércio.
- III do Conselho de Especialistas em Educação do Senado.
- IV do Ministério da Educação e Cultura.
- V da UNESCO.

Dos itens acima:

- (A) somente I, II e III estão corretos.
- (B) somente I e II estão corretos.
- (C) todos estão corretos.
- (D) somente II, III e V estão corretos.
- (E) somente II, III e IV estão corretos.

28 A transnacionalização do mercado de serviços universitários é um dos pilares do projeto neoliberal para a universidade. Este projeto está articulado com a redução do financiamento público, mas não se limita a ela. Outros fatores igualmente decisivos são:

- I desregulação das trocas comerciais em geral.
- II defesa da solução mercantil por parte das agências financeiras multilaterais.
- III revolução nas tecnologias de informação e de comunicação.
- IV polarização das ideias no âmbito das universidades confessionais.

Dentre os fatores acima:

- (A) somente II e III estão corretos.
- (B) somente I e II estão corretos.
- (C) todos estão corretos.
- (D) somente I, II e III estão corretos.
- (E) somente III e IV estão corretos.

29 A transnacionalização neoliberal da universidade ocorre sob a égide do GATS – Acordo Geral sobre Comércio e Serviços, da Organização Mundial do Comércio. O GATS distingue quatro grandes modos de oferta transnacional de serviços universitários mercantis, que são:

- (A) por intercâmbio / consumo no estrangeiro / EAD / presencial.
- (B) teletransmissão / semipresencial / EAD / presencial.
- (C) teletransmissão / semipresencial / por intercâmbio / “sanduíche”.
- (D) oferta transfronteiriça / “sanduíche” / presença comercial / presença de pessoas.
- (E) oferta transfronteiriça / consumo no estrangeiro / presença comercial / presença de pessoas.

30 Como uma das formas de propiciar uma reforma democrática e emancipatória no século XXI, Santos (2004) propõe a reconquista da legitimidade da universidade. Incluída nesta reconquista está a relação entre universidade e escola pública. Nesta discussão, o tema predominante refere-se ao saber pedagógico que envolve três subitens. São eles:

- (A) produção/difusão do saber pedagógico / pesquisa ação / formação de docentes de educação infantil.
- (B) pesquisa ação / pesquisa educacional / formação de docentes de ensino médio.
- (C) produção/difusão do saber pedagógico / pesquisa educacional / formação de docentes de escola pública.
- (D) formação de docentes de educação infantil / formação de docentes do ensino fundamental / formação de docentes do ensino médio.
- (E) formação de docentes do ensino básico / formação de gestores do ensino básico / formação de técnicos-administrativos do ensino básico.

31 Sobre a ideia de rede nacional de universidades públicas, é sabido que em quase todos os países há associações de universidades, mas longe de se configurar como rede, são apenas grupos de pressão que reivindicam coletivamente benefícios individuais. Para que objetive o bem público da universidade, é preciso que a construção da rede pública implique a:

- I partilha de recursos e de equipamentos.
- II mobilidade docente e discente no interior da rede.
- III padronização mínima de planos de cursos.
- IV organização padrão do ano escolar.
- V utilização de sistemas de avaliação padronizada.

Dentre os itens acima:

- (A) somente I, II e III estão corretos.
- (B) somente I e II estão corretos.
- (C) todos estão corretos.
- (D) somente II, III e V estão corretos.
- (E) somente II, III e IV estão corretos.

32 Sobre universidade e trabalho: “A formação ao longo da vida trata de um campo novo que se abre e requer a contribuição de todos os atores sociais e especialmente uma forte sinergia entre o campo educacional e o campo econômico no sentido de promover a criação de estruturas de formação continuada mais ligadas aos ambientes de trabalho” (Belloni, citado por Bianchetti – *Universidade e mundo do trabalho*, 2005, p. 49). Analise as afirmativas a seguir a partir de sua compreensão do texto.

- I A autora ressalta a importância da aproximação entre formação para o trabalho e qualificação humana.

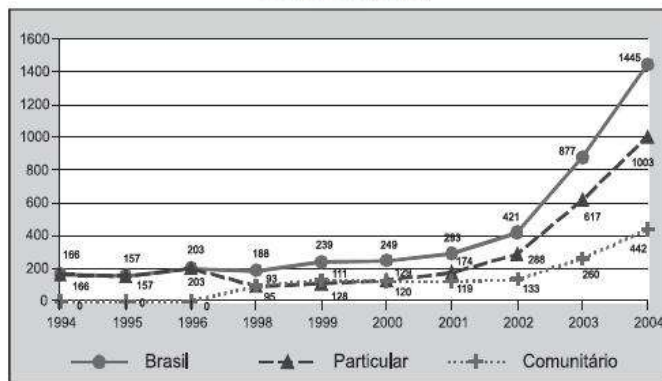
- II O texto leva ao pé da letra as críticas à universidade corporativa.
- III A autora defende que os filhos de trabalhadores deveriam ter acesso à escola/universidade para a plena cidadania.

Dentre as afirmativas acima:

- (A) todas estão corretas.
- (B) somente I e II estão corretas.
- (C) somente II e III estão corretas.
- (D) somente I está correta.
- (E) somente III está correta.

33 Analise as afirmativas a seguir com base na interpretação do gráfico abaixo.

Gráfico 2: Evolução dos cursos de tecnologia em IES Privadas - Brasil 1994-2004



Fonte: MEC/INEP/Deaes

- I Houve crescimento acentuado nos últimos quatro anos o que indica forte interesse por parte das IES privadas pela oferta deste tipo de curso.
- II O crescimento se deu de forma mais expressiva no setor privado particular.
- III Com base do período estudado, entre 1998 e 2000, as IES privadas particulares e comunitárias ofertaram de forma semelhante e estável este tipo de curso.

Dentre as afirmativas acima:

- (A) somente I e II estão corretas.
- (B) somente II e III estão corretas.
- (C) somente I e III estão corretas.
- (D) somente I está correta.
- (E) todas estão corretas.

34 Os ataques dirigidos contra as universidades (principalmente públicas), seja na forma das acusações dirigidas a elas por agentes econômicos, seja na avaliação feita por dirigentes políticos e autoridades públicas, constituem a forma de um cerco a que essas instituições sempre estiveram submetidas na história. Muitos são os que afirmam insistentemente que, tendo a sociedade mudado e os tempos sendo outros, a universidade está obrigada a acompanhar essas mudanças. Para isso defendem que a universidade deve, na intenção de atender ao sistema da sociedade vigente, formar profissionais adaptados:

- I ao desenvolvimento tecnológico atual.
- II aos ditames do mercado.
- III às novas realidades e novos tempos.

Dentre os itens acima:

- (A) somente I e II estão corretos.
- (B) somente II e III estão corretos.
- (C) somente I e III estão corretos.
- (D) somente I está correto.
- (E) todos estão corretos.

35 Sobre modelos de IES no século XXI, é possível descrever características incidentes sobre o redesenho das universidades. Entre estas características está a criação de fundações com ampla atividade financeira e liberdade de ação nas universidades públicas. Leite (2005) denomina esta característica como:

- (A) gestão materialista.
- (B) capitalismo acadêmico.
- (C) mercado no Campus.
- (D) gestão neomanagerialista.
- (E) gestão por terceirização.

36 A diversificação dos modelos de IES no Brasil tem a seguinte classificação:

- I Universidades.
- II Universidades Especializadas.
- III Centros Universitários.
- IV Faculdades Integradas.
- V Faculdades Isoladas.
- VI Centros de Educação Tecnológica.

Dentre os itens acima:

- (A) todos estão corretos.
- (B) somente I, III, IV e VI estão corretos.
- (C) somente I, III, IV, V e VI estão corretos.
- (D) somente I, III, V e VI estão corretos.
- (E) somente I, II, III, IV e V estão corretos.

37 Segundo o artigo 52 da LDB, conforme citado por Leite (2005), as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

- I produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo quantitativo dos problemas da educação.
- II um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado.
- III um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Dentre os itens acima:

- (A) somente I e II estão corretos.
- (B) somente II e III estão corretos.
- (C) somente I e III estão corretos.
- (D) somente I está correto.
- (E) todos estão corretos.

38 O objetivo da instituição do SINAES, com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, foi assegurar o processo nacional de avaliação:

- I das Instituições de Educação Superior – IES.
- II dos cursos de graduação.
- III do desempenho acadêmico dos estudantes de graduação das IES.
- IV dos cursos *lato* e *stricto sensu* das IES.
- V do desempenho dos docentes em pesquisa e experiência profissional.

Dentre os itens acima:

- (A) somente II, III e IV estão corretos.
- (B) somente I e II estão corretos.
- (C) todos estão corretos.
- (D) somente II, III e V estão corretos.
- (E) somente I, II e III estão corretos.

39 Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

- I o diagnóstico objetivo das condições da instituição.
- II os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas à superação das dificuldades detectadas.
- III a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes.
- IV a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

Dentre os itens acima:

- (A) somente II e III estão corretos.
- (B) somente I e II estão corretos.

- (C) todos estão corretos.
- (D) somente I, II e III estão corretos.
- (E) somente III e IV estão corretos.

40 A legislação SINAES de 2004 define que cada IES, pública ou privada, deve constituir Comissão Própria de Avaliação – CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

- I criação de instrumento de avaliação interna análogo ao instrumento de avaliação externa.
- II constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.
- III atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Dentre as diretrizes acima:

- (A) somente I e II estão corretas.
- (B) somente II e III estão corretas.
- (C) somente I e III estão corretas.
- (D) somente I está correta.
- (E) todas estão corretas.

41 O instrumento de avaliação institucional externa subsidia os atos de credenciamento e credenciamento institucional e os atos de transformação de organização acadêmica. O instrumento está organizado em eixos que contêm as dez dimensões do SINAES. Os eixos são:

- I Planejamento e Avaliação Institucional.
- II Desenvolvimento Institucional.
- III Políticas Acadêmicas.
- IV Políticas de Gestão.
- V Infraestrutura.

Dentre os itens acima:

- (A) somente II, III e IV estão corretos.
- (B) somente I e II estão corretos.
- (C) todos estão corretos.
- (D) somente II, III e V estão corretos.
- (E) somente I, II e III estão corretos.

42 A Comissão de Avaliação Institucional externa, em alguns indicadores, deverá seguir os aspectos estabelecidos no respectivo indicador, baseada nas informações contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e nos documentos oficiais da IES. Nestes casos utiliza-se o termo:

- (A) Indicadores Qualitativos.
- (B) Análise Sistêmica e Global.
- (C) Avaliação Legalística.
- (D) Observação de Aspectos Gerais.
- (E) Assertividade Comparada.

43 Há requisitos legais e normativos que são de atendimento obrigatório nos atos regulatórios institucionais. Entre eles estão:

- I condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- II titulação de corpo docente.
- III regime de trabalho docente.
- IV forma legal de contratação de professores.
- V registro ISBN do acervo da biblioteca.
- VI políticas de educação ambiental.

Dentre os itens acima:

- (A) todos estão corretos.
- (B) somente I, III, IV e VI estão corretos.
- (C) somente I, III, IV, V e VI estão corretos.
- (D) somente I, III, V e VI estão corretos.
- (E) somente I, II, III, IV e VI estão corretos.

44 Entre os cursos avaliados pelo ENADE em 2013 estão:

- (A) Medicina / Odontologia / Agronomia.
- (B) Biomedicina / Educação Física / Psicologia.
- (C) Biologia / Medicina / Odontologia.
- (D) Serviço Social / Psicologia / Radiologia.
- (E) Farmácia / Serviço Social / Biologia.

45 Foram dispensados do ENADE 2013, inclusive do processo de inscrição, os estudantes:

- I matriculados em cursos não descritos na Portaria Normativa nº 6, de 27/03/2013.
- II que colaram grau até o dia 31/10/2013.
- III oficialmente matriculados e cursando atividades curriculares fora do Brasil, na data da realização do ENADE 2013, em instituições conveniadas com sua instituição de origem.

Dentre os itens acima:

- (A) somente I e II estão corretos.
- (B) somente II e III estão corretos.
- (C) somente I e III estão corretos.
- (D) somente I está correto.
- (E) todos estão corretos.

46 A alteração de localidade de prova do ENADE permitirá à IES informar ao INEP a necessidade de providenciar esta alteração em caso de estudantes:

- I em desenvolvimento de atividades curriculares obrigatórias fora do município sede do próprio curso na data da realização do ENADE.
- II de cursos de educação à distância.
- III com mudança de endereço residencial após a primeira inscrição.

Dentre os itens acima:

- (A) somente I e II estão corretos.
- (B) somente II e III estão corretos.
- (C) somente I e III estão corretos.
- (D) somente I está correto.
- (E) todos estão corretos.

47 Para inscrição no ENADE de 2013 foram caracterizados como ingressantes de 2013 aqueles que iniciaram seu curso com matrícula no ano de 2013 e que tenham concluído a carga mínima do currículo em:

- (A) 10%.
- (B) 15%.
- (C) 20%.
- (D) 25%.
- (E) 30%.

48 Para inscrição no ENADE 2013 foram caracterizados como concluintes de 2013 todos os estudantes que tenham expectativa de conclusão do curso a ser avaliado pelo ENADE 2013 até julho de 2014; e aqueles que tenham cumprido a carga horária mínima do currículo do curso a ser avaliado pelo ENADE 2013 até o término do período de inscrição em:

- (A) 60%.
- (B) 65%.
- (C) 70%.
- (D) 75%.
- (E) 80%.

49 O aluno habilitado ao ENADE 2013 na condição de concluinte que, inscrito pela IES, no prazo previsto, chegou após o horário regulamentar da aplicação em seu local de prova, por problemas de trânsito lento, não pode realizar a prova e foi considerado irregular no ENADE. Nesta condição:

- I deverá ser inscrito pela IES como irregular no próximo ano.
- II deverá comparecer à prova do ano seguinte e responder somente as questões de Formação Geral.
- III somente poderá colar grau após a data da prova ENADE do próximo ciclo de sua área.
- IV sua diplomação está vinculada ao ato de inscrição como irregular.

Dentre os itens acima:

- (A) somente II e III estão corretos.

- (B) somente I e IV estão corretos.
- (C) todos estão corretos.
- (D) somente I, II e III estão corretos.
- (E) somente III e IV estão corretos.

50 No ato da inscrição, quando o estudante NÃO tiver registro de CPF:

- (A) a IES poderá utilizar o CPF do responsável financeiro.
- (B) a IES poderá utilizar o RG em substituição ao CPF.
- (C) NÃO poderá ser inscrito pela IES.
- (D) deverá providenciar o documento na Receita Federal e solicitar alteração de sua inscrição até o dia anterior à realização da prova.
- (E) a IES poderá utilizar o CNPJ em substituição ao CPF do estudante.

51 O censo da educação superior será realizado anualmente em caráter declaratório e mediante coleta de dados descentralizada, adotando alunos, docentes e instituições como unidades de informação e englobando os estabelecimentos de educação superior:

- (A) públicos e privados.
- (B) somente os privados particulares.
- (C) somente os privados comunitários.
- (D) somente os privados confessionais.
- (E) somente os privados, sejam particulares, comunitários ou confessionais.

52 As informações do censo postadas em 2013 no e-MEC fazem parte do cálculo dos indicadores de qualidade do ciclo que avaliou os cursos das áreas de:

- (A) Exatas, Ciências Agrárias e afins.
- (B) Saúde, Ciências Agrárias e afins.
- (C) Exatas, Licenciaturas e afins.
- (D) Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e afins.
- (E) Saúde, Ciências Humanas e afins.

53 A Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, estabelece que as avaliações do ciclo avaliativo do SINAES sejam orientadas por indicadores de qualidade expressos numa escala de cinco níveis, em que:

- I os níveis iguais ou superiores a 3 indicam qualidade satisfatória.
- II os cursos que obtiveram nota igual a 5 terão Portaria de Renovação de Reconhecimento automática, sem necessidade de receber visita *in loco*.
- III os cursos que obtiveram nota igual a 3 ou 4 poderão receber visita *in loco*, a critério do INEP, para o ato de Renovação de Reconhecimento.
- IV os cursos que obtiverem conceito insatisfatório, além de recebimento de visita *in loco*, deverão protocolar Plano de Melhoria no e-MEC.

Dentre os itens acima:

- (A) somente II e III estão corretos.
- (B) somente I e IV estão corretos.
- (C) todos estão corretos.
- (D) somente I, II e III estão corretos.
- (E) somente III e IV estão corretos.

54 A Portaria Normativa nº 40/2007 ratifica que o ENADE seja realizado todos os anos, aplicando-se aos estudantes de cada área por triênios, e determina que o CPC, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES, seja calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, com base na avaliação de:

- I desempenho de estudantes.
- II corpo docente.
- III infraestrutura.
- IV recursos didático-pedagógicos e demais insumos.

Dentre os itens acima:

- (A) somente II e III estão corretos.
- (B) somente I e IV estão corretos.
- (C) somente I, II e III estão corretos.
- (D) todos estão corretos.
- (E) somente III e IV estão corretos.

55 O Índice Geral de Cursos - IGC é calculado anualmente, considerando:

- I a média dos últimos CPCs disponíveis dos cursos avaliados da instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados.

II a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela Capes na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes.

III a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação *stricto sensu*.

Dentre os itens acima:

- (A) somente I e II estão corretos.
- (B) somente II e III estão corretos.
- (C) somente I e III estão corretos.
- (D) somente I está correto.
- (E) todos estão corretos.

56 Com base na análise da tabela abaixo, extraída do INEP, de alguns cursos de universidades públicas da Bahia, a afirmativa que registra corretamente o conceito ENADE faixa de cada um dos cursos é:

Descrição da Área	Nota Bruta Formação Geral	Nota Bruta Componente Específico	Conceito Enade (Contínuo)
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	29,45	24,45	0,87
DIREITO	44,20	37,19	1,91
ADMINISTRAÇÃO	42,82	29,43	1,95
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	38,87	27,42	2,17
JORNALISMO	53,46	62,83	4,39

- (A) Ciências Contábeis (1) / Direito (2) / Administração (3) / Ciências Econômicas (4) / Jornalismo (5).
- (B) Ciências Contábeis (1) / Direito (2) / Administração (3) / Ciências Econômicas (3) / Jornalismo (5).
- (C) Ciências Contábeis (2) / Direito (2) / Administração (2) / Ciências Econômicas (3) / Jornalismo (4).
- (D) Ciências Contábeis (1) / Direito (2) / Administração (2) / Ciências Econômicas (3) / Jornalismo (5).
- (E) Ciências Contábeis (1) / Direito (3) / Administração (3) / Ciências Econômicas (4) / Jornalismo (5).

57 Com base na análise da tabela abaixo, extraída do INEP, com resultados do curso de Direito de duas IES de Niterói, considere nas afirmativas abaixo por que o conceito ENADE faixa de cada um dos cursos foi diferente:

Número de Estudantes Inscritos	Número de Estudantes Participantes	Nota Bruta Formação Geral	Nota Bruta Componente Específico	Conceito Enade (Faixa)
274	217	40,74	31,97	2
222	172	44,65	43,57	3

- I número de participantes em relação aos inscritos.
- II nota no Componente Específico.
- III nota na Formação Geral.

Dentre as afirmativas acima:

- (A) somente I e II estão corretas.
- (B) somente II e III estão corretas.
- (C) somente I e III estão corretas.
- (D) somente I está correta.
- (E) todas estão corretas.

58 O CPC combina diversas medidas relativas à qualidade do curso. São utilizadas as informações de:

- I infraestrutura e recursos didático-pedagógicos.
- II titulação e regime de trabalho do corpo docente.
- III desempenho obtido pelos estudantes concluintes no ENADE.
- IV resultados do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD).

Dentre os itens acima:

- (A) somente II e III estão corretos.
- (B) somente I e IV estão corretos.
- (C) somente I, II e III estão corretos.
- (D) todos estão corretos.
- (E) somente III e IV estão corretos.

59 Os insumos utilizados para o cálculo da NPD são o número total de docentes vinculados à Unidade i cuja titulação seja maior ou igual ao Doutorado e o número total de docentes desta Unidade. Assim, a medida X utilizada no cálculo da NPD corresponde à proporção de docentes da Unidade i com, no mínimo, Doutorado (Eq. 8).

$$PD_i = \frac{\text{docentes} \geq \text{Doutorado}}{\text{total docentes}} \quad (8)$$

Essa medida é padronizada e transformada para dar origem à Nota Padronizada referente aos Professores Doutores (NPD i), um valor entre 0 e 5. Neste cálculo, é preciso considerar que:

- I a informação referente à titulação dos docentes de cada curso de cada IES é extraída do módulo de docentes do Censo da Educação Superior.
- II as IES devem cadastrar, à época do censo, cada um de seus professores, vinculando-os a cada curso em que lecionam.
- III a Unidade que não tiver nenhum docente com a referida titulação terá a Nota de Professores Doutores (i NPD) computada como 0 (zero) para o cálculo do CPC.

Dentre as considerações acima:

- (A) somente I e II estão corretas.
- (B) somente II e III estão corretas.
- (C) somente I e III estão corretas.
- (D) somente I está correta.
- (E) todas estão corretas.

60 O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é uma média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* da Instituição.

- I O conceito da graduação é calculado com base nos Conceitos Preliminares de Cursos (CPC).
- II O conceito da pós-graduação *stricto sensu* é calculado a partir de uma conversão dos conceitos fixados pela Capes.
- III Para ponderar estes conceitos, utiliza-se a distribuição dos estudantes da IES entre os diferentes níveis de ensino (Graduação, Mestrado e Doutorado).
- IV Para o cálculo do IGC 2012, foram considerados os CPCs referentes às avaliações dos cursos de graduação feitas no triênio 2009-2010-2011.
- V Para ponderar os CPCs do IGC 2012 foram utilizadas as matrículas (matriculados + formados) obtidas nos Censos da Educação Superior de 2008, 2009 e 2010.

Dentre as afirmativas acima:

- (A) somente I, II e III estão corretas.
- (B) somente II, III e IV estão corretas.
- (C) somente I e II estão corretas.
- (D) somente II, III e V estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

Espaço reservado para rascunho

Parte IV: Redação

No 4º parágrafo do texto que você leu no início desta prova, diz Rosiska Darcy Oliveira: “A vida sobrepõe uma série de experiências que não se anulam, ao contrário, se mesclam e compõem uma identidade. O idoso não anula dentro de si a criança e o adolescente, todos reais e atuais, fantasmas saudosos de um corpo que os acolhia, hoje inquilinos de uma pele em que não se reconhecem. E, se é verdade que o envelhecer é um fato e uma foto, é também verdade que quem não se reconhece na foto se reconhece na memória e no frescor das emoções que persistem. É assim que, vulcânica, a adolescência pode brotar em um homem ou uma mulher de meia-idade, fazendo projetos que mal cabem em uma vida inteira.”

A linha de argumentação acima é destaque num texto em que se quer demonstrar que a velhice deixou de ser a fase do “pé na cova”. Você concorda com a autora? É possível analisar a questão da velhice em outra perspectiva? Na sociedade brasileira, a terceira idade goza do respeito e dignidade a que todo ser humano tem direito?

Em cerca de 20 a 25 linhas, redija um texto dissertativo sobre esse tema, usando argumentos consistentes que fundamentem suas considerações. Não se esqueça de dar um título ao texto.

Leia abaixo, com atenção, os critérios que serão usados para a avaliação de seu texto.

- aspectos formais da Língua Portuguesa: texto adequado à modalidade escrita culta, observando-se as normas: de pontuação, ortográficas (conforme o acordo ortográfico em vigor), de concordância nominal e verbal, de regência nominal e verbal, de flexão nominal e verbal e de emprego de pronomes.
Pontuação máxima: 30 pontos
- aspectos textuais: estruturação de períodos e de parágrafos, observando-se a unidade lógica e a coerência das ideias entre as partes do texto; adequação ao tema proposto e ao modo de organização do discurso: descrição, narração, dissertação/argumentação.
Pontuação máxima: 30 pontos
- aspectos discursivos: coesão textual; coerência interna e externa; concisão e clareza das ideias; aprofundamento dos argumentos utilizados; adequação semântica.
Pontuação máxima: 40 pontos

Título: _____

5

10

15

20

25